



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO – DRHS  
**MODERNIZAÇÃO LEI 10.350/1994**

1 **Dados da oficina:** No dia vinte e dois de março de dois mil e vinte e um, às nove  
2 horas, ocorreu a oficina de modernização da Lei 10.350/1994 – Comitês de Bacia, de  
3 maneira totalmente online, via aplicativo Cisco Webex. **Presentes:** Alessandro Noal –  
4 Comitê Santa Maria; Roberto Carvalho – Comitê Santa Maria; Christian Linck da Luz –  
5 Comitê Mampituba; Mario Damé – Comitê Camaquã; Verônica Della Mea – Comitê  
6 Baixo Jacuí; Leonardo Cera – Comitê Ibicuí; Ivo Mello – Comitê Ibicuí; Anderson Etter  
7 – Comitê Sinos; Sandro dos Santos – Comitê Vacacaí; Viviane Nabinger – Comitê  
8 Sinos; Alexandre Swarowsky – Comitê Vacacaí; Scheila Naira Nunes – Comitê Turvo;  
9 Cristiane Loebens – Comitê Turvo; Silvino Panziera – Comitê Quaraí; Simone Trojan –  
10 Comitê Quaraí; Valery Pugatch – Comitê Lago Guaíba; Ana Elizabeth Carara – Comitê  
11 Lago Guaíba; Kelli Andrade – Comitê Lago Guaíba; Adelaide Kegler Ramos – Comitê  
12 Taquari-Antas; Júlio Salecker – Comitê Taquari-Antas; Maria do Carmo Quissini –  
13 Comitê Taquari-Antas; Marthin Zang – Comitê Gravataí; Sérgio Cardoso – Comitê  
14 Gravataí; Fábio Avancini – Comitê Mirim São Gonçalo; João Vargas de Souza –  
15 Comitê Tramandaí; Tiago Corrêa – Comitê Tramandaí; Verushka Xavier – Comitê  
16 Pardo; Rafael Altenhofen – Comitê Caí; Cidonea Machado – Comitê Caí; João Paulo  
17 Bezerra – Comitê Passo Fundo; Mateus Cerutti – Comitê Alto Jacuí; Paulo Renato  
18 Paim – DRHS/SEMA; Patrícia Moreira Cardoso – DRHS/SEMA; Carmem Silva –  
19 CRH/SEMA; Gabriel Frota – CRH/SEMA; Raíza Schuster – DRHS/SEMA; Aline Kaliski  
20 – DRHS/SEMA; Walter Souza – DRHS/SEMA; Juliana Ferraz – ASSTEC/SEMA;  
21 Daniel Weindorfer – ASSTEC/SEMA. Paulo Paim dá início à oficina solicitando que  
22 todos se apresentem e faz breve contextualização da oficina e a metodologia adotada.  
23 **Assuntos Debatidos:** Paulo Paim coloca que foram encaminhadas com antecedência  
24 as questões motivadoras, mas, fica em aberto o debate sobre outros assuntos caso  
25 qualquer participante deseje abordar. Adelaide Ramos coloca que há 4 pontos que o  
26 Comitê Taquari-Antas entende que devem ser considerados na modernização da lei,  
27 sendo eles, primeiramente, a revisão da necessidade de o Plano Estadual de  
28 Recursos Hídricos ser aprovado na Assembleia Legislativa. Cita que isso precisa ser  
29 destravado e que precisamos valorizar o CRH, sendo ele a instância necessária para  
30 aprovar o Plano. Outro ponto é a necessidade de elaboração dos Planos de Bacia  
31 para as 25 bacias do Estado. Cita que há atualmente diferentes níveis de elaboração  
32 em cada bacia, porém, é imprescindível que se haja os 25 planos prontos para ser  
33 possível ter uma visão integrada da gestão de recursos hídricos. Já o próximo ponto  
34 entra nas questões motivadoras, que seria referente à sustentabilidade financeira do  
35 sistema. Para isso, se faz necessário a implantação do órgão técnico de apoio. Cita  
36 que deve-se trabalhar com figuras menos burocratizadas para implantação deste  
37 apoio técnico, tirando a obrigatoriedade de este órgão ser público. Expõe que pode se  
38 utilizar de associações, consórcios, cooperativas, instituídas para essa finalidade.  
39 Expõe que entende que, independente do modelo que seja adotado, é indispensável  
40 que se tenha o papel das secretarias executivas por bacia hidrográfica. Já  
41 especificamente sobre a cobrança, expõe que é evidente a necessidade de viabilizar  
42 alternativas para a captação de recursos para implantação das ações dos planos de  
43 bacia e para manutenção da estrutura administrativa dos Comitês. Coloca que isso  
44 deve contemplar todos os usuários da água. Cita que o sistema deve considerar os  
45 serviços ecossistêmicos como forma de sustentação e que deve-se trabalhar com  
46 metodologias de bonificação e de incentivo às boas práticas. Cita ainda o PSA e o  
47 estabelecimento de parcerias com empresas privadas para aplicação direta de  
48 recursos em ações específicas como alternativas possíveis. Finaliza colocando que o  
49 Fundo de Recursos Hídricos deve ser mantido como uma das fontes de sustentação  
50 do sistema, mas que não pode ser a única fonte. Viviane Nabinger coloca que, no  
51 âmbito da governança, os Comitês devem trabalhar em parceria com as companhias  
52 de abastecimento visando centralizar esforços e investimentos em áreas prioritárias



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO – DRHS  
**MODERNIZAÇÃO LEI 10.350/1994**

53 das bacias. Coloca que isso não passa necessariamente pela alteração da Lei, porém,  
54 é um assunto que foi trazido no DRHS Comunica sobre o novo marco regulatório do  
55 saneamento e que pode ser trabalhado. Alessandro Noal propõe que seja  
56 descentralizado o processo de emissão de outorga, sendo possível que as agências  
57 de regiões hidrográficas estejam aptas a fazer este processo, tendo em vista uma  
58 maior proximidade com a realidade da região. Sérgio Cardoso coloca que  
59 primeiramente o Estado deve adotar efetivamente as bacias hidrográficas como  
60 unidades de planejamento e gestão, pois, na prática, se utiliza de outras  
61 regionalizações. Verônica Della Mea coloca que entende que o sistema não conversa  
62 com o de meio ambiente, que o licenciamento ambiental desconsidera totalmente a  
63 regionalização e a existência dos Comitês de Bacia. Entende que o CRH deve ser  
64 desburocratizado, pois, hoje trabalha votando regimentos internos de Comitês  
65 enquanto há outros assuntos que nem chegam ao conselho. Expõe que o FRH  
66 também deve ser revisto, organizando a aplicação dos recursos. Coloca que é  
67 necessário que todas as 25 bacias do Estado tenham Plano de Bacia e, aquelas que  
68 já têm o seu plano, a grande maioria já precisava ter sido revisado há alguns anos.  
69 Leonardo Cera coloca que o Comitê Ibicuí entende que o principal gargalo do sistema  
70 é a ausência do órgão de apoio técnico que auxiliaria na implantação das ações dos  
71 Planos de Bacia. Como proposição, há a sugestão de que como alternativa às  
72 agências se possibilite a instituição de escritórios técnicos-administrativos e que estes  
73 devam apoiar os Comitês, seja individualmente ou um determinado grupo de Comitês  
74 por escritório. Quanto à cobrança, propõe que haja a criação de parâmetros de valores  
75 a serem cobrados e de que se parta do princípio poluidor-pagador e provedor-  
76 recebedor. Cita ainda o PSA como alternativa viável. Fábio Avancini coloca que, como  
77 alternativa às agências, deve se estudar a possibilidade de implanta-las a partir de  
78 órgãos e entidades já existentes, e não criando novos órgãos públicos específicos,  
79 que foi o que acabou inviabilizando a implementação. Quanto à cobrança, se deve ter  
80 atenção sobre a possibilidade de o recurso cair no caixa do Estado e acabar não  
81 retornando para o sistema. Cita ainda que na implantação da cobrança, deve-se  
82 considerar as mais diversas especificidades de cada bacia. Viviane Nabinger coloca  
83 que a implantação das agências não seriam a solução dos problemas do sistema.  
84 Coloca que há diversas ações que já podem ser efetuadas sem a implantação das  
85 agências e que há uma ausência de esforços por parte dos Comitês para mobilização  
86 e implantação de diversas ações. Cita que, na bacia do Sinos, por exemplo, o principal  
87 problema apontado pelo Plano de Bacia é a necessidade de abatimento de carga  
88 orgânica e coloca que não é papel do Plano de Bacia o aporte de recursos. Cita que  
89 esta é uma atribuição constitucional dos Municípios. Portanto, há recursos que podem  
90 ser aplicados nas bacias sem a necessidade da implantação das agências e da  
91 cobrança, porém, falta conhecimento e mobilização para a implantação destas ações.  
92 Sérgio Cardoso coloca que deve haver maior engajamento dos Comitês de Bacia, se  
93 utilizando, por exemplo, do SIOUT como instrumento de debates e efetivação do papel  
94 dos comitês. Expõe que a alteração da Lei talvez seja necessária, mas não é isso que  
95 irá resolver os problemas do sistema, sendo necessários qualificação técnica e  
96 engajamento de todos os atores. João Vargas coloca que já é do conhecimento de  
97 todos que os recursos da cobrança não serão suficientes para implantação integral  
98 das ações dos Planos de Bacia e, portanto, se faz necessário a captação de recursos  
99 de outras fontes. Após breves considerações finais do diretor Paulo Paim, não  
100 havendo mais assuntos a ser debatido, a oficina deu-se por encerrada.